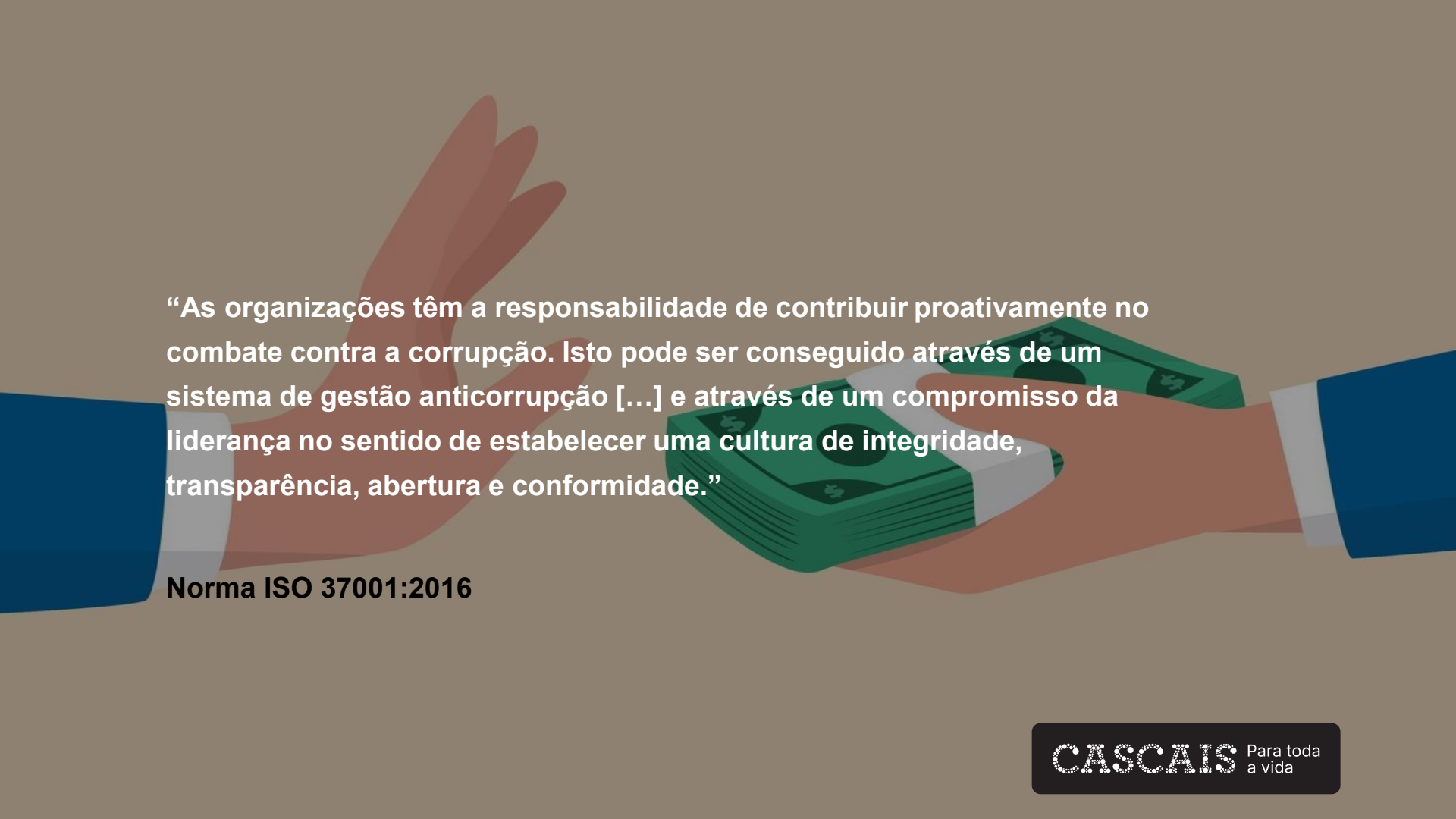


Controlar e Prevenir a Corrupção nas Organizações: o RGPC e a ISO 37001

Testemunho do Terreno

A Certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção no Município de Cascais

2 dezembro 2025

An illustration showing a hand in a blue suit sleeve reaching out to offer a stack of green banknotes. Another hand, also in a blue suit sleeve, is positioned to receive the money, but a third hand, in a reddish-brown sleeve, is raised with the palm facing the money, indicating a refusal. The background is a solid brown color.

“As organizações têm a responsabilidade de contribuir proativamente no combate contra a corrupção. Isto pode ser conseguido através de um sistema de gestão anticorrupção [...] e através de um compromisso da liderança no sentido de estabelecer uma cultura de integridade, transparência, abertura e conformidade.”

Norma ISO 37001:2016

Certificação ISO 37001:2016 - Primeiros Passos

2022-2023

- Criação da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC), com competências específicas na implementação do Programa de Cumprimento Normativo, integrada da Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)
- Aprovação pelo Executivo da implementação de um Sistema de Gestão Anticorrupção, de acordo com os requisitos da Norma ISO 37001:2016

“O Município de Cascais está empenhado em cumprir as necessidades e expectativas dos munícipes e restantes partes interessadas, na prossecução do interesse público, através da salvaguarda de procedimentos internos que permitam a prevenção de atos ilícitos e a elevação dos níveis de integridade e transparência.”

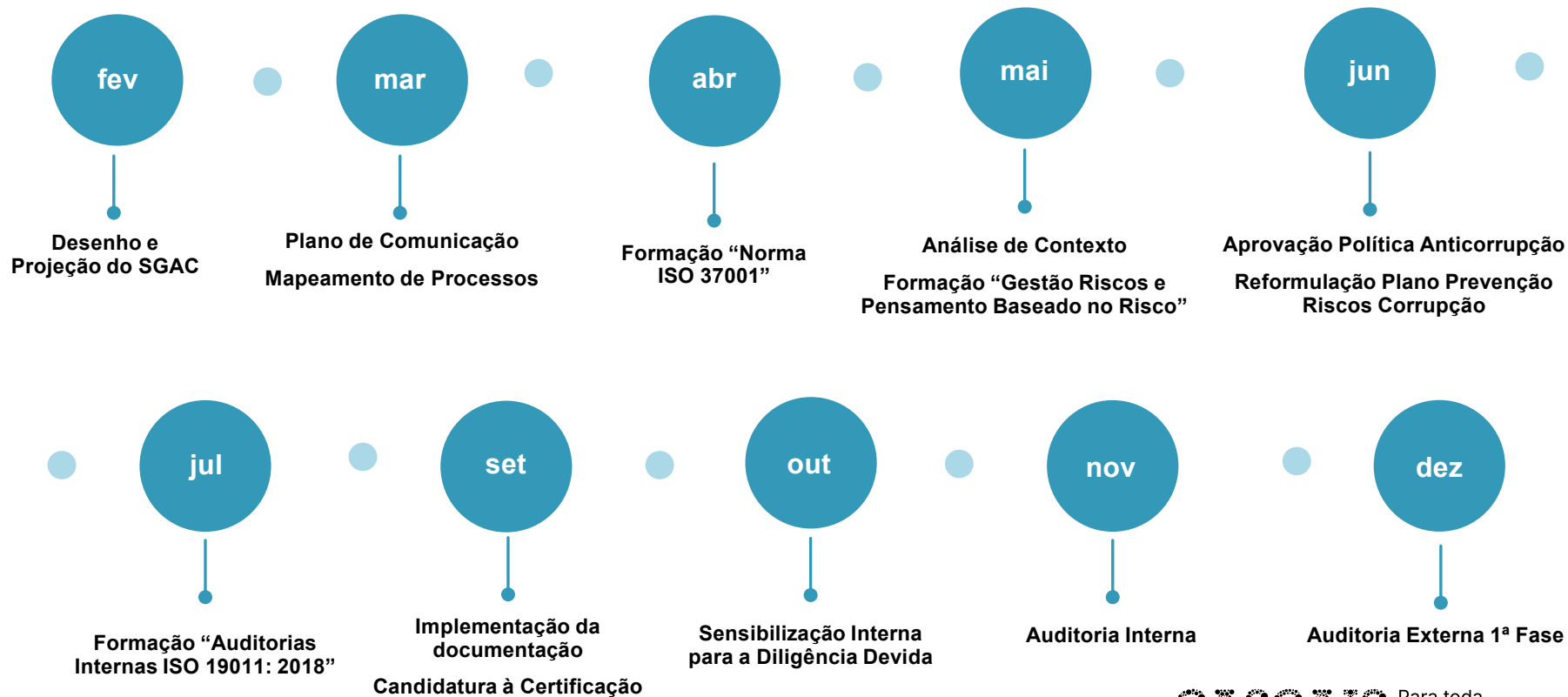
- Diagnóstico ao Sistema de Conformidade implementado no Município e apresentação de uma GAP Analysis relativamente aos requisitos da Norma ISO 37001:2016
- Implementação de um Plano de Ação para correção e melhoria dos aspetos identificados
- Designação do Diretor Municipal Dr. Pedro Caldeira Santos como Responsável Cumprimento Normativo, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal

Certificação ISO 37001:2016 - Resultados GAP Analysis

Boas práticas pré-existent no Município

- Sistema de *governance* interna e existência de suportes documentais e organizacionais (manuais, procedimentos, regulamentos internos)
- Sistema contabilístico e procedimentos de gestão financeira
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Canais de Denúncia Interna e Externa
- Manual de Procedimentos dos Canais para Promoção da Transparência Municipal
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio Laboral
- Código de Ética e de Conduta
- Norma de Controlo Interno
- Sistema de informação de apoio à gestão (existência de indicadores de gestão)
- Manual de Gestão de Conflitos de Interesse
- Processos de decisão estabelecidos
- Sistema de gestão documental e de segurança da informação

Certificação ISO 37001:2016 – Cronograma Ano 2024



Sistema de Gestão Anticorrupção - Política Anticorrupção



O Município [...] estabelece os seguintes compromissos:

- Proibir qualquer forma de corrupção ativa ou passiva;
- Disponibilizar os recursos necessários para implementar medidas razoáveis e proporcionais, concebidas para prevenir, detetar e combater a corrupção;
- Consciencializar todas as Partes Interessadas para a consolidação do compromisso ético subjacente à atuação de todos;
- Encorajar o levantamento de preocupações suscitadas de boa-fé ou com base em convicção razoável, em total confiança e sem receio de represálias;
- Assegurar a conformidade com as leis anticorrupção aplicáveis e com compromissos voluntários aplicáveis às suas atividades;
- Dinamizar a conformidade e a melhoria do Sistema de Gestão Anticorrupção, assim como envolver todos os trabalhadores, de forma a assegurar a sua eficácia.

Sistema de Gestão Anticorrupção - Mapeamento de Processos



Gestão Municipal

- Definição da Missão, Visão, Valores, Política Anticorrupção;
- Análise do contexto que possa influenciar o desempenho do Município;
- Planeamento dos Objetivos e das atividades do SGAC;
- Tratamento de riscos e oportunidades;
- Definição, consolidação e implementação do Modelo de Gestão por Processos;
- Promoção da comunicação;
- Revisão do SGAC.

Responsável

Representante da Gestão de
Topo



Gestão de Recursos Humanos

- Realização da diligência devida;
- Acolhimento de novos trabalhadores;
- Emissão da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção;
- **Gestão da Formação.**

Responsável

Diretor do Departamento de
Recursos Humanos



Gestão Anticorrupção

- Realização da diligência devida;
- **Apreciação dos riscos de corrupção;**
- **Implementação dos mecanismos de controlo anticorrupção;**
- Implementação de controlos anticorrupção para organizações controladas e por parceiros de negócio;
- **Levantamento de preocupações;**
- **Investigação a indícios de corrupção;**
- Monitorização e medição do SGAC.

Responsável

Responsável pela Função de
Conformidade Anticorrupção



Desempenho e Melhoria do SGAC

- Controlo da informação documentada;
- Monitorização, medição, análise e avaliação;
- **Auditorias Internas;**
- Controlo de não conformidades;
- Estabelecimento de ações de melhoria.

Responsável

Diretor do Departamento de
Transparência e Qualidade

Sistema de Gestão Anticorrupção - Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção

Dr. Pedro Caldeira Santos, Diretor Municipal

Dispõe de competências apropriadas, estatuto, autoridade e independência.

Funções

- Supervisiona a conceção e a implementação do SGAC
- Disponibiliza aos trabalhadores aconselhamento e orientação sobre o SGAC, bem como sobre questões associadas à corrupção
- Garante que o SGAC está em conformidade com os requisitos aplicáveis
- Reporta o desempenho do SGAC ao Órgão de Governação, à Gestão de Topo e ainda a outras funções de conformidade, conforme apropriado

Função designada mediante despacho do Presidente da Câmara

Sistema de Gestão Anticorrupção - Diligência Devida

A **diligência devida** permite um **controlo adicional** dirigido à prevenção e deteção do risco de corrupção, através da **recolha e apreciação de informações** que suportem a decisão da organização para **concretizar, reavaliar, adiar ou descontinuar atividades**.

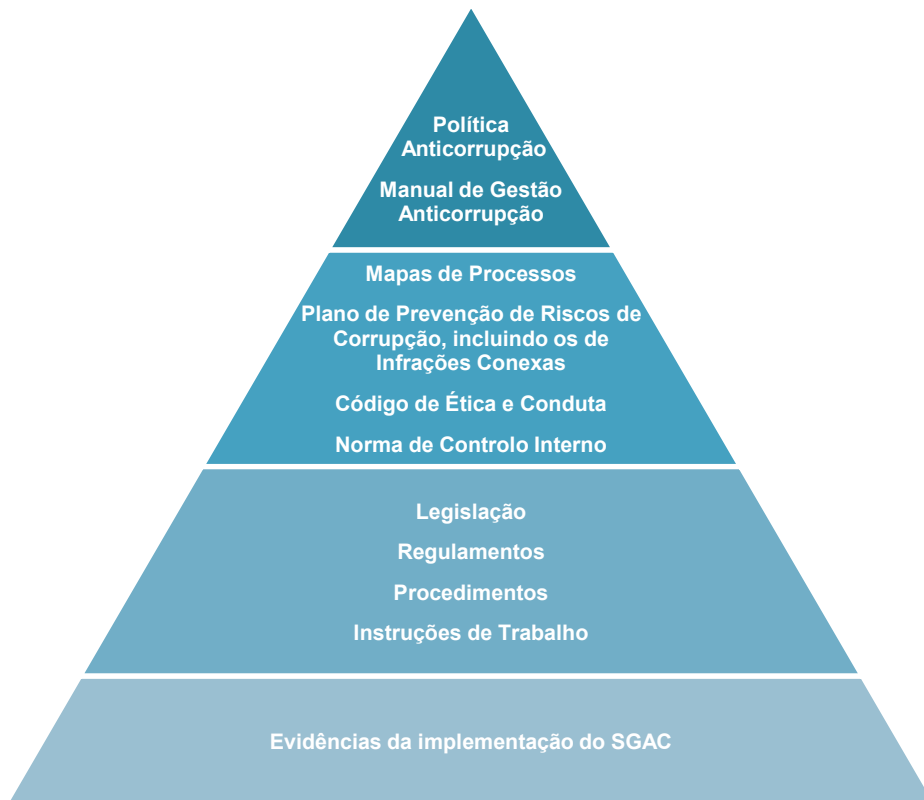
Atividades sujeitas a Diligência Devida

- Contratação de trabalhadores;
- Nomeação ou mobilidade de Dirigentes ou Assessores;
- Procedimentos de contratação pública;
- Atribuição de subsídios a entidades privadas ou empresas municipais, assim como de apoios financeiros de valor superior a 15.000€ a entidades sem fins lucrativos.

A diligência devida pode resultar na revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, caso se verifique a necessidade de estabelecer novos mecanismos de controlo ou de efetuar alterações aos mecanismos já existentes



Sistema de Gestão Anticorrupção – Documentação do SGAC



Destacamos:

- Política Anticorrupção
- Manual de Gestão Anticorrupção
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Código de Ética e Conduta
- Norma de Controlo Interno

Sistema de Gestão Anticorrupção – Principais Desafios

- Alteração da cultura organizacional
- Iliteracia nas matérias da prevenção e combate à corrupção
- Perceção generalizada de ineficácia no combate à corrupção
- Comunicação interna e externa do SGAC
- Democratização do acesso à informação
- Complexidade dos procedimentos administrativos
- Falta de clareza e dispersão legislativa
- Implementação de um sistema de controlo interno
- Monitorização contínua do SGAC



Sistema de Gestão Anticorrupção – Benefícios



- Criação de procedimentos que garantem o cumprimento integral do RGPC e RGPD
- Fortalecimento de uma cultura organizacional de transparência e integridade
- Definição e normalização de procedimentos internos que favorecem a boa governança e a comunicação interna
- Reforço do sistema de controlo interno
- Constituição de mecanismos que promovem a melhoria contínua
- Aumento do conhecimento e da confiança
- Reforço da imagem e reputação do Município junto das suas partes interessadas

Obrigada

dtq@cm-cascais.pt

cascais.pt

CASCAIS Para toda
a vida